



DIÁRIO OFICIAL

ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - SP

www.fernandopolis.sp.gov.br

Instituído pela Lei Municipal nº 4774/2018, de 05 de Setembro de 2018

Quinta-feira, 24 de Outubro de 2024

Edição 1.542

ATOS ADMINISTRATIVOS

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2024 "CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL" FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

**EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2024
PONTOS DE CULTURA DE FERNANDÓPOLIS - SP**

**"CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL"
FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS
DE PONTOS DE CULTURA**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

A Prefeitura Municipal de Fernandópolis – SP TORNA PÚBLICO E FAZ SABER a todos quantos possa interessar, que fica **PRORROGADO O PRAZO** para inscrição dos projetos que promovam o acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos pontos de cultura do município de Fernandópolis, para receberem recursos (Fomento a projetos continuados) nos termos da Política Nacional de Cultura Viva, considerando que dia 28 próximo vindeiro será Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, **impreterivelmente até o dia 29 de outubro de 2024.**

**Prefeitura Municipal de Fernandópolis
Fernandópolis, 23 de outubro de 2024.**

**ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
PREFEITO MUNICIPAL**

ATOS ADMINISTRATIVOS

LEI Nº 5.558 DE 23 DE OUTUBRO DE 2024

LEI Nº 5.558 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2024

(Acrescenta dispositivos a Lei Municipal nº 4.426 de 22 de dezembro de 2015).

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; ...

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E DECRETOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam incluídos os §§ 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10 ao art. 6º da Lei Municipal nº 4.426 de 22 de dezembro de 2015 com a seguinte redação:

Art. 6º (...)

(...)

§3º Nos terrenos em que exista passeio construído em condições ruins ou que impossibilitem a passagem de pedestres, colocando em risco a segurança destes, com comprometimento igual ou maior a 1/3 do passeio, faz-se obrigatória a sua reconstrução total; sendo menor que a área citada, admitindo a realização de reparos necessários à manutenção das condições normais de uso, desde que atendam a acessibilidade, exceto nos casos consolidados que sejam comprovadamente impossíveis de promover o cumprimento dessas adequações.

§4º Fica proibida nos passeios públicos a construção de degrau, depressão, lombada ou qualquer tipo de obstáculo que possa dificultar ou colocar em risco a segurança de pedestres.

§5º Quando da situação inevitável de desnível no passeio público, deve este ser compensado, preferencialmente, com a execução de rampa, de acordo com as especificações técnicas da NBR9050 vigente.

§6º Somente se faz permitida a execução de degraus em situações nas quais não seja possível ou recomendável a construção de rampa para se compensar o desnível, a critério do setor competente do Poder Executivo, respeitando-se o passeio em nível de, no mínimo 1,20m (um metro e vinte centímetros), exigido na adequação à acessibilidade de acordo com a NBR9050 vigente.

§7º No caso das edificações concluídas ou em construção com projeto aprovado em data anterior à vigência desta lei, as exigências serão dispensadas.

§8º Para a aprovação dos projetos de construções posteriores à promulgação desta lei, é obrigatória a instalação das rampas e degraus para dentro dos limites do terreno, conforme a escritura/matrícula do imóvel, deixando o passeio sem desnível, não podendo também haver desnível entre os terrenos dos lotes vizinhos, atendendo as especificações técnicas da NBR9050 vigente e seguindo o perfil longitudinal da via pública.

§9º Para fins de aplicação desta lei, devem ser considerados os seguintes conceitos:

a) faixa de serviço: serve para acomodar o mobiliário, os canis, as árvores e os postes de iluminação ou sinalização. Nas calçadas a serem construídas, recomenda-se reservar uma faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m;

b) faixa livre ou passeio: destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3 %, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre;



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil e Protocolado de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente pelo servidor BRUNO CEZAR ROSSELLI MEDRI. A Prefeitura do Município de Fernandópolis-SP, dá garantia da autenticidade deste documento, desde que o mesmo seja baixado do site <http://www.fernandopolis.sp.gov.br> no link **Diário Oficial Eletrônico**.

